

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.930 - SP (2019/0222751-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : RENILDA DE ALMEIDA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ISABELLA BENITEZ GALVES - DEFENSORA PÚBLICA -**  
**SP330270**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 182/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação dos arts. 1º e 155, do CP, bem do art. 397, III, do CPP, porquanto o acórdão afastou a aplicação do princípio da insignificância penal.

Sustenta que, em se tratando de *res furtiva* de valor ínfimo, *não há como se admitir a intervenção do direito penal*, aduzindo a inexistência de lesão ao bem jurídico (fl. 228).

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja restabelecida a decisão que rejeitou a denúncia.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

Consta dos autos que o agravante foi denunciado como incurso no art. 155, *caput*, do CP.

O juízo de origem rejeitou a exordial acusatória pela incidência do princípio da insignificância. Em recurso em sentido estrito, o Tribunal recebeu a denúncia, determinando o prosseguimento da ação penal, nos seguintes termos (fls. 207/208):

Em tese, a acusada teria subtraído desodorantes e maquiagens, bens avaliados em R\$ 111,20 (cento e onze reais e vinte centavos) (fl. 74), tendo sido recuperados somente os desodorantes.

Respeitada a convicção explanada na decisão guerreada, procede o inconformismo ministerial.

Não é o caso de se aplicar à hipótese o princípio da insignificância. A pequena quantia subtraída ou o pequeno valor da coisa furtada não tornam atípica a conduta. Podem ter reflexos de outra natureza - como, por exemplo, se presentes outros requisitos, dar origem ao reconhecimento do furto privilegiado

# Superior Tribunal de Justiça

-, mas não autorizam a rejeição sumária da denúncia.

Pensar de forma diferente seria transformar as ruas em palco de treinamento de delinquentes.

Estes, se surpreendidos, permaneceriam impunes; por outro lado, se a conduta criminosa fosse bem sucedida, seu autor ficaria igualmente sem punição.

Pouco importa, sob este aspecto, que parte dos bens tenha sido recuperada, pois o crime, em si, persiste na esfera jurídica.

Merece, portanto, reforma a decisão combatida.

Diante do exposto, dá-se provimento ao recurso para afastar a decisão recorrida, receber a denúncia e determinar o retorno dos autos Comarca de origem para prosseguimento da ação penal.

Sedimentou-se nesta Corte a orientação no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Como se vê, no caso, a *res furtiva* foi avaliada em R\$ 111,20 (fl.207), o que representava cerca de 12% do salário mínimo (R\$ 880,00) vigente à época dos fatos, situação que corrobora a tipicidade material da conduta, e afasta a possível aplicação do princípio da insignificância, ao menos na fase instrutória, uma vez que conforme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é *incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos* (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018).

Destarte, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento já firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, impõe-se a incidência da Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator